

política

Juliana Brizola entende que Sema deve ser dividida

Pré-candidata ressalta, no entanto, que questão não está definida



Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Um pleito que alguns empresários do setor energético têm feito aos pré-candidatos ao governo do Rio Grande do Sul é que a fusão da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Sema) com a de Minas e Energia, realizada durante a gestão de Eduardo Leite (PSD), seja desfeita. Questionada sobre o tema, a pré-candidata Juliana Brizola (PDT) disse que não há ainda uma definição sobre o assunto, mas revelou uma inclinação pessoal. “Na verdade, eu entendo que tem que ser separada, mas eu também quero conversar com os técnicos.”

A pedetista ressalta que o objetivo é a Secretaria ter mais eficiência, mais competência. Os empreendedores que defendem a cisão argumentam que há uma sobrecarga de pautas analisadas pela pasta, com mais demandas da área ambiental do que da energética.

Juliana esteve ontem com o seu pré-candidato a vice-governador, Edegar Pretto (PT), participando de encontro promovido pelo Sindicato da Indústria da Energia Renovável do Rio Grande do Sul (Sindienergia-RS), em Porto Alegre. Na ocasião, para uma plateia composta por empresários do campo de energia, Juliana frisou que o setor é estratégico



Juliana (d) foi convidada do Sindienergia-RS para expor propostas

para o RS e o diálogo vai ser uma marca do seu governo, caso eleita.

Juliana defende que o governo precisa apoiar os investimentos no processo de transição energética. “Necessários não só para o meio ambiente, mas para o nosso desenvolvimento econômico, para uma reindustrialização do nosso Estado”, aponta a pré-candidata. Ela assinala que a discussão sobre a resiliência climática não é algo para o futuro, mas para agora.

Segundo a pedetista, os interesses públicos e privados, assim como o desenvolvimento econômico e o meio ambiente, podem caminhar lado a lado. Pretto complementa que “os desafios do RS impõem o diálogo com todo mundo”.

Sobre a ideia de privatização da Companhia Riograndense de Mineração (CRM), levantada pelo atual governo, Juliana adianta que a sua

chapa gosta de cumprir contratos. “Mas, a gente vai fiscalizar. Porque ultimamente o que vem acontecendo no nosso Estado é que as concessões, ou privatizações, estão sendo muito malfeitas”, critica.

Já a presidente do Sindienergia-RS, Daniela Cardeal, salienta que eventos como esse de segunda-feira possibilitam apresentar aos pré-candidatos o cenário do setor de energia no Rio Grande do Sul e suas possibilidades.

Dentro desse contexto, o encontro permite ao sindicato introduzir aos concorrentes ao governo gaúcho a iniciativa batizada de RS+5. O programa propõe a meta de aumentar em 5 GW (ou 5 mil MW) a potência instalada de geração de energia elétrica no Estado, que hoje está em cerca de 10 GW (10 mil MW), de acordo com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Oposição pede revisão do texto final do Plano Diretor

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Amanda Schultz

amandas@jcrs.com.br

A última semana de trabalhos da Câmara da Capital antes do recesso parlamentar iniciou sem votações em plenária. Seguindo o acordo da última semana, os vereadores de Porto Alegre reservaram a sessão de ontem para as manifestações da tribuna popular, os pronunciamentos em tempo de liderança, comunicação e homenagens.

O Plano Diretor voltou a ser mencionado após a entrega para sanção do Executivo na última sexta-feira e a alegação, por parte da oposição, de inconsistências na redação final. De acordo com os integrantes do bloco de oposição, o Plano Diretor deve voltar à pauta dos pronunciamentos na sessão de amanhã e do próximo semestre.

Já na sessão de ontem, o líder da base do governo, vereador Idenir Cecchim (MDB), solicitou a retirada da emenda 73 que está envolvida nas polêmicas do processo de redação final, com o objetivo de “resolver os problemas do plenário”.

A oposição alega que novos elementos não deliberados pelo Legislativo foram incluídos no texto da Lei de Uso e Ocupação de Solo (Luos).

Em requerimento já encaminhado para a Mesa Diretora, os vereadores afirmam que os mapas incluídos no Anexo 1 das Zonas de Ordenamento Territorial foram

modificados, com a justificativa de adequação do material cartográfico ao texto das emendas 73 e 55 e de suas respectivas subemendas.

Além disso, o ofício aponta a exclusão de camadas das Zonas Especiais de Interesse Social, destinadas à regularização de imóveis de populações de baixa renda, e a inclusão da base “Áreas Verdes”.

Apesar da solicitação de retirada da emenda envolvida na polêmica, o vereador Giovani Culau (PCdoB) garante que a oposição irá manter o pedido de revisão do projeto e aprovação da redação final pelo Legislativo.

“Nós entendemos que a redação final deve ser votada mais uma vez no plenário, inclusive para que a gente possa superar essa polêmica envolvendo a emenda de número 73”, afirma o parlamentar.

O líder da base do governo argumenta não haver motivos para o texto retornar ao Legislativo com esta finalidade. “Tecnicamente, a diretoria legislativa e o próprio procurador do Legislativo fizeram aquilo que tinha que ser feito, adaptaram o que foi votado”, defendeu o vereador Cecchim.

Para a sessão de amanhã, última antes do recesso que se estende até o dia 31 de julho, os parlamentares projetam apreciar textos do Executivo, como a instituição do Abono Extraordinário de Valorização dos Profissionais da Educação, bem como algumas propostas do Legislativo ainda não definidas.

BTG/Nexus aponta Lula e Flávio em empate técnico

Nova pesquisa BTG/Nexus divulgada ontem mostra um cenário de estabilidade na corrida eleitoral para presidente. Em uma simulação de segundo turno, o presidente Lula (PT) aparece com 47% das intenções de voto, ante 44% do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), resultado que configura empate técnico.

Os índices são os mesmos aferidos na rodada anterior do levantamento, realizada no final de junho. A pesquisa da Nexus foi realizada por telefone dos dias 10 a 12 de julho. Foram entrevistados 2.003 eleitores de 16 anos ou mais residentes em território nacional. A margem de erro é de 2 pontos percentuais, considerando um in-

tervalo de confiança de 95%. O levantamento está registrado sob o código BR-07981/2026.

O levantamento mostra que, no primeiro turno, o petista oscilou de 42% para 40%, uma variação dentro da margem de erro, enquanto o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) manteve os mesmos 34%. Ronaldo Caiado (PSD) tem 5%; Renan Santos (Missão) e Romeu Zema (Novo) registram 4% cada um; Joaquim Barbosa (DC) e Augusto Cury (Avante) marcam 2% cada e Aécio Neves (PSDB) aparece com 1%. Cabo Daciolo (Mobiliza) não pontuou.

Lula também lidera na pesquisa espontânea, quando os nomes

dos pré-candidatos não são apresentados aos entrevistados. O presidente registra 35% das intenções de voto, seguido de Flávio, com 24%.

Em eventual segundo turno contra Zema, Lula o venceria por 47% a 40%. O petista também bateria Caiado, por 47% a 38%. Já se o adversário fosse Renan, o atual presidente aparece na dianteira com 49% das intenções de voto, contra 35% do líder do MBL.

Aécio, que já anunciou que não disputará o Planalto, mantém a maior rejeição entre os nomes pesquisados, com 61% dizendo que não votariam nele de jeito nenhum. Flávio tem rejeição de 50%, enquanto Lula de 46%.



Plenário ainda terá a sessão de amanhã antes de iniciar recesso